

176	Decreto	46.459/2014	Art. 1º Fica concedido, ao estabelecimento industrial fabricante de pá carregadeira NCM/ SH 8429.51, escavadeira hidráulica NCM/SH 8429.52, retroescavadeira NCM/SH 8429.59 e motoniveladora NCM/ SH 8429.20, produzidos pelo próprio estabelecimento localizado no Estado, relativamente às vendas realizadas em operações internas destinadas a usuário final ou em operações interestaduais, crédito presumido do ICMS: I - de 9% (nove por cento) sobre o valor da venda, quando a operação for tributada à alíquota de 12% (doze por cento); ou II - de 4% (quatro por cento) sobre o valor da venda, quando a operação for tributada à alíquota de 7% (sete por cento).	art. 1º, I e II	15/03/2014	15/03/2014	20/03/2014	Tornado sem efeito pelo Decreto nº 46.463, de 20 de março de 2014
177	Decreto	46.459/2014	Art. 2º Fica concedido, ao estabelecimento industrial fabricante de pá carregadeira NCM/ SH 8429.51, escavadeira hidráulica NCM/SH 8429.52, retroescavadeira NCM/SH 8429.59 e motoniveladora NCM/SH 8429.20, produzidos pelo próprio estabelecimento localizado no Estado, relativamente às vendas realizadas com destino ao estabelecimento concessionário integrante da sua rede de distribuição, localizado neste Estado, diferimento parcial do pagamento do ICMS, correspondente a 9% (nove por cento) sobre o valor da venda, quando a operação for tributada à alíquota de 12% (doze por cento).	art. 2º	15/03/2014	15/03/2014	20/03/2014	Tornado sem efeito pelo Decreto nº 46.463, de 20 de março de 2014
178	Decreto	46.459/2014	Art. 3º Fica concedido, ao estabelecimento concessionário integrante da rede de distribuição de estabelecimento industrial fabricante de pá carregadeira NCM/SH 8429.51, escavadeira hidráulica NCM/SH 8429.52, retroescavadeira NCM/SH 8429.59 e motoniveladora NCM/SH 8429.20, produzidos pelo estabelecimento fabricante localizado no Estado, relativamente às vendas destinadas a usuário final, crédito presumido do ICMS: I - de 9% (nove por cento) sobre o valor da venda, quando a operação for tributada à alíquota de 12% (doze por cento); ou II - de 4% (quatro por cento) sobre o valor da venda, quando a operação for tributada à alíquota de 7% (sete por cento). Parágrafo único. Na hipótese do caput: I - serão mantidos os créditos relativos às entradas das mercadorias cujas saídas sejam alcançadas pelo benefício previsto no art. 2º e outros créditos vinculados a essas operações; II - aplica-se o benefício somente às máquinas remetidas pelo industrial fabricante com o diferimento parcial de que trata o art. 2º.	art. 3º	15/03/2014	15/03/2014	20/03/2014	Tornado sem efeito pelo Decreto nº 46.463, de 20 de março de 2014
179	Decreto	46.757/2015	I - em se tratando de crédito tributário relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS: 12.900 (doze mil e novecentas)	art. 2º	14/05/2015	14/05/2015	23/01/2017	Revogado pelo Dec. 47.133 de 23/01/2017
180	Decreto	46.899/2015	Art. 3º O Decreto nº 46.817, de 2015, passa a vigorar acrescido do art. 21-A, com a seguinte redação: Art. 21-A. A vedação prevista no parágrafo único do art. 2º não se aplica às habilitações realizadas até o dia 31 de março de 2016, desde que não tenha havido trânsito em julgado da decisão condenatória e que o crédito tributário seja quitado integralmente: I - à vista, em moeda corrente; ou II - com a utilização de crédito acumulado do imposto, observadas as condições previstas no Capítulo III, vedado o parcelamento	art. 3º	28/11/2015	28/11/2015	11/07/2016	Revogado pelo Dec. 47.020, de 11/07/2016
181	Decreto	47.020/2016	Art. 1º Os arts. 17, 18 e 21-A do Decreto nº 46.817, de 10 de agosto de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação: (...) Art. 21-A. A vedação prevista no parágrafo único do art. 2º não se aplica às habilitações realizadas até o dia 31 de outubro de 2016, desde que não tenha havido trânsito em julgado da decisão condenatória e que o crédito tributário seja quitado, à vista ou parcelado, em moeda corrente ou com a utilização de crédito acumulado do imposto, observadas as condições previstas no Capítulo III	art. 1º	12/07/2016	12/07/2016	31/10/2016	Revogado pelo Dec. 47.071 de 31/10/2016
182	Decreto	47.071/2016	Art. 2º - O caput do art. 21-A do Decreto nº 46.817, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 21-A. A vedação prevista no parágrafo único do art. 2º não se aplica às habilitações realizadas até o dia 20 de dezembro de 2016, desde que não tenha havido trânsito em julgado da decisão condenatória e que o crédito tributário seja quitado, à vista ou parcelado, em moeda corrente ou com a utilização de crédito acumulado do imposto, observadas as condições previstas no Capítulo III	art. 2º	01/11/2016	01/11/2016	16/12/2016	Revogado pelo Dec. 47.106, de 16/12/2016
183	Decreto	47.106/2016	Art. 3º - O caput do art. 21-A do Decreto nº 46.817, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 21-A. A vedação prevista no parágrafo único do art. 2º não se aplica às habilitações realizadas até o dia 31 de março de 2017, desde que não tenha havido trânsito em julgado da decisão condenatória e que o crédito tributário seja quitado, à vista ou parcelado, em moeda corrente ou com a utilização de crédito acumulado do imposto, observadas as condições previstas no Capítulo III.	art. 3º	17/12/2016	17/12/2016	14/03/2017	Revogado Dec. 47.161, de 14/03/2017
184	Decreto	47.161/2017	Art. 1º - O art. 21-A do Decreto nº 46.817, de 10 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 21-A. A vedação prevista no parágrafo único do art. 2º não se aplica às habilitações realizadas até o dia 31 de março de 2017, desde que não tenha havido trânsito em julgado da decisão condenatória e que o crédito tributário seja quitado, à vista ou parcelado, em moeda corrente, ou, observadas as condições previstas no Capítulo III, com a utilização de crédito acumulado do imposto, ou, ainda, a critério do Estado, mediante adjudicação de bens penhorados em execução judicial, cujo valor será fixado em avaliação efetuada pela Secretaria de Estado de Fazenda	art. 1º	15/03/2017	15/03/2017	31/03/2017	Revogado Dec. 47.166, de 14/03/2017

DECRETO Nº 47.395, DE 26 DE MARÇO DE 2018.

Altera o Decreto nº 47.105, de 16 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as regras de governança da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, de que trata o § 1º do art.1º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e dá outra providência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º – O art. 9º do Decreto nº 47.105, de 16 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º – Aplica-se à empresa pública e à sociedade de economia mista de que trata este decreto o Título I da Lei Federal nº 13.303, de 2016, exceto o disposto nos arts. 9º e 10, no inciso I do art. 13 e nos arts. 17, 18, 19, 22, 24 e 26.”.

Art. 2º – Fica revogado o inciso IV do art. 39 do Decreto nº 47.154, de 20 de fevereiro de 2017.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 26 de março de 2018; 230º da Inconfidência Mineira e 197º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

DECRETO NE Nº 151, DE 26 DE MARÇO DE 2018.

Abre crédito suplementar no valor de R\$4.244.450,48.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 22.943, de 12 de janeiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$4.244.450,48 (quatro milhões duzentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos), indicado no Anexo, onerando no mesmo valor o limite estabelecido no art. 9º da Lei nº 22.943, de 12 de janeiro de 2018.

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes:

I – da anulação da dotação orçamentária indicada no Anexo;

II – do saldo financeiro da receita de Taxa de Incêndio do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais, no montante de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 26 de março de 2018; 230º da Inconfidência Mineira e 197º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

ANEXO

(a que se referem os arts. 1º e 2º do Decreto NE nº 151, de 26 de março de 2018)
(registrado no Siafi/MG sob o número 27)

SUPLEMENTAÇÃO DAS SEGUINTES DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A QUE SE REFERE O ART. 1º DESTE DECRETO:

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

R\$ 4.000.000,00
1401.06182080-4.473-0001-4490-0-53.1

GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO DE MINAS

2201.13391099-1.051-0001-4490-1-10.1 244.450,48
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 4.244.450,48

ANULAÇÃO DA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A QUE SE REFERE O ART.2º, INCISO I, DESTE DECRETO:
RESERVA DE CONTINGÊNCIA

R\$ 244.450,48
1991.99999999-9.999-0001-9999-0-10.1 244.450,48
TOTAL DA ANULAÇÃO

26 1077302 - 1

Atos do Governador

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE ONTEM:

PELA GOVERNADORIA DO ESTADO

Pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais

dispensa, nos termos do art. 13 da Lei nº 22.806, de 29 de dezembro de 2017, do art. 16 do Decreto nº 44.355, de 19 de julho de 2006, e do art. 25, § 1º, do Decreto nº 44.394, de 16 de outubro de 2006, as representantes abaixo relacionadas como membros junto ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais - CONSEA-MG: Pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social: Titular: ELIZABETH MARIA FILIZZOLA COSTA; Suplente: MAIRA DOS SANTOS MOREIRA.

designa, nos termos do art. 13 da Lei nº 22.806, de 29 de dezembro de 2017, do art. 16 do Decreto nº 44.355, de 19 de julho de 2006, e do art. 25, § 1º, do Decreto nº 44.394, de 16 de outubro de 2006, as representantes abaixo relacionadas como membros junto ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais - CONSEA-MG, para mandato de 2 (dois) anos:: Pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social: Titular: ROGERIA FREIRE DE FIGUEIREDO; Suplente: DANIELLA SILVA RIBEIRO.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Pelo Conselho Curador da Fundação Clóvis Salgado

designa, nos termos do art. 5º do Decreto nº 45.828, de 21 de dezembro de 2011, as representantes abaixo relacionadas como membros junto ao Conselho Curador da Fundação Clóvis Salgado: Pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão: Titular: HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR; Suplente: ANA PAULA RIBEIRO DE OLIVEIRA; Pelo Município de Belo Horizonte: Titular: JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA; Suplente: GABRIEL PORTELA SALIÉS; Pela Câmara Municipal de Belo Horizonte: Titular: ARNALDO GODOY; Suplente: JULIANO LOPES; Pela Comunidade Cultural do Estado:

reconduz, nos termos do art. 5º do Decreto nº 45.828, de 21 de dezembro de 2011, os representantes abaixo relacionados como membros junto ao Conselho Curador da Fundação Clóvis Salgado: Pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão: Titular: HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR; Suplente: ANA PAULA RIBEIRO DE OLIVEIRA; Pelo Município de Belo Horizonte: Titular: JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA; Suplente: GABRIEL PORTELA SALIÉS; Pela Câmara Municipal de Belo Horizonte: Titular: ARNALDO GODOY; Suplente: JULIANO LOPES; Pela Comunidade Cultural do Estado:

Titular: LÚCIO JOSÉ DE FIGUEIREDO SAMPAIO; Suplente: RUTE COSTA ASSIS; Pela Comunidade Cultural do Estado: Titular: PEDRO AFONSO PEDERNEIRAS.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

TORNA SEM EFEITO, o ato de nomeação do seguinte candidato aprovado no concurso público de que trata o Edital SEPLAG/ SEDSNº07/2013, para o cargo de provimento efetivo da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA abaixo relacionados por não ter tomado posse em tempo hábil.

Assistente Executivo de Defesa Social - Nível I - Grau A	
Área: Qualquer Nível Médio	
Lote de Vaga: Governador Valadares	
CPF	Nome
05213008607	Carlos Vinicius Ramos

TORNA SEM EFEITO, o ato de nomeação da seguinte candidata aprovada no concurso público de que trata o Edital SEPLAG/ SEDSNº07/2013, para o cargo de provimento efetivo da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA abaixo relacionados por não ter entrado em exercicio em tempo hábil.

Assistente Executivo de Defesa Social - Nível I - Grau A	
Área: Qualquer Nível Médio	
Lote de Vaga: Juiz de Fora	
CPF	Nome
06393741660	Raquel Ramos Rodrigues

retifica o ato de nomeação Judicial publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado em 10 de fevereiro de 2017, página2, coluna 02, referente ao Concurso Público de que trata o Edital SEPLAG/SEDS nº 09/2013., no que se refere ao candidato José Henrique Lima dos Santos,da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Onde se lê:
Em caráter precário
Leia-se
Em caráter definitivo

TORNA SEM EFEITO, o ato de nomeação do seguinte candidato aprovado no concurso público de que trata o Edital SEPLAG/SEE Nº01/2011, para o cargo de provimento efetivo da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO abaixo relacionados por não ter tomado posse em tempo hábil.

Assistente Técnico de Educação Básica - Nível I - Grau A	
Área: Assistente Técnico de Educação Básica	
Lote de Vaga: Sete Lagoas/Prudente De Moraes	
CPF	Nome
81969406615	Welderson Geraldo Soares Costa

em cumprimento à decisão proferida nos Autos nº 1.0000.18.013450-4/000, nomeia, em caráter precário, em virtude de aprovação em concurso público de que trata o Edital SEPLAG/SEE nº 04/2014, para o provimento do cargo da Secretaria de Estado de Educação, o candidato abaixo relacionado.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – NÍVEL I – GRAU A
GEOGRAFIA
CORONEL FABRICIANO/MARLIÉRIA

CPF	Nome	Classificação	Vaga
243.238.886-00	Antonio Ramos de Freitas	3º	ED 15400

em cumprimento a decisão proferida nos Autos nº0020876-23.2015.8.13.0386, nomeia, em caráter precário, em virtude de aprovação em concurso público de que trata o Edital SEPLAG/SEE nº 01/2011, para o provimento dos cargos da Secretaria de Estado de Educação, a candidata abaixo relacionada.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – NÍVEL I – GRAU A
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
JUIZ DE FORA/LIMA DUARTE

CPF	Nome	Classificação	Vaga
036.962.046-17	Carmem Lúcia da Silveira Novolino	3º	ED 267

em cumprimento à decisão proferida pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no Mandado de Segurança nº 0993153-34.2015.8.13.0702, **REINTEGRA**, no Serviço Público Estadual, Maria Helena Aguiar de Paiva, na Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia, Vaga ED 7953, Masp 270.009-4, no cargo de Professor de Educação Básica, Nível I, Grau A, no quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação.

em cumprimento ao Acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 1.0000.16.074961-0/000, nomeia, em caráter precário, em virtude de aprovação em concurso público de que trata o Edital SEPLAG/SEE nº 01/2011, para o provimento do cargo da Secretaria de Estado de Educação, o candidato abaixo relacionado.

ASSISTENTE TÉCNICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA – NÍVEL I – GRAU A
ASSISTENTE TÉCNICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
SETE LAGOAS/PRUDENTE DE MORAIS

CPF	Nome	Classificação	Vaga
819.694.066-15	Welderson Geraldo Soares Costa	6º	ED 71

retifica o ato de nomeação referente ao candidato Fabio Cesar Neves de Melo publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado, em 02 de dezembro de 2014, da Secretaria de Estado da Educação, no que se refere o concurso público regido pelo Edital SEPLAG/SEE nº 01/2011.

Onde se lê:
ED 1810
Leia-se
ED 926

retifica o ato de nomeação referente à candidata Glaucia Fernandes de Lima Menezes, publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado, em 21 de março de 2013, da Secretaria de Estado da Educação, no que se refere o concurso público regido pelo Edital SEPLAG/SEE nº 01/2011.

Onde se lê:
ED 151750
Leia-se
ED 109295

em cumprimento à decisão proferida nos Autos nº 0004459-06.2016.8.13.0177, nomeia, em caráter precário, a candidata abaixo relacionada, em virtude de classificação em concurso público de que trata o Edital SEPLAG/SEDS nº 07/2013, para o provimento do cargo da Secretaria de Estado de Administração Prisional.

ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL – NÍVEL I – GRAU A
Serviço Social
Pouso Alegre

CPF	Nome	Classificação	Vaga
112.221.516-93	Gessica Ponciano Moraes	10º	PS 79

em cumprimento à decisão no Agravado de Instrumento nº 1.0024.07.383654-6/001, nomeia, em caráter efetivo, em virtude de aprovação em concurso público de que trata o Edital SEPLAG/SEDS nº 03/2005, para o provimento do cargo da Secretaria de Estado de Administração Prisional, o candidato abaixo relacionado.

AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO – NÍVEL I – GRAU A
ENSINO MÉDIO
8º RISP – GOVERNADOR VALADARES(masculino)

Inscrição	Nome	Vaga
1265696	Rogério Monte de Souza	PS 2088

retifica o ato de nomeação publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado em 04 de julho de 2017, página3, coluna 01, referente ao Concurso Público de que trata o Edital SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 01/2013, no que se refere à candidata Ingrid Mariana Barbosa de Cayres,da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Onde se lê:
Em caráter precário
Leia-se
Em caráter definitivo

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretário: Pedro Cláudio Coutinho Leitão

Instituto Mineiro de Agropecuária

Diretor-Geral: Marcílio de Sousa Magalhães

NOTIFICAÇÃO 084/2018

O Instituto Mineiro de Agropecuária, por ato do seu Diretor-Geral Marcílio de Sousa Magalhães, na forma do art.40, §2º, II, do DECRETO nº 46.668, de 15 de dezembro de 2014, diante da impossibilidade de localização do autuado, faz publicar a notificação dos autuados a seguir relacionados do julgamento procedente do auto de infração. Cabendo recurso no prazo de 30 dias, aos seguintes interessados:

Nome do Autuado (a)	CPF/CNPJ	Auto de Infração nº	Dispositivos infringidos	Penalidade
Action S/A	81071250/000114	072000	Dec.41203/2000.art24,inc.I	15.000 UFEMG
Anderson Gontijo da Costa	01359449612	010267 A	Dec.41203/2000.art24,inc.I	5.500 UFEMG
Atar do Brasil Defensivos Agrícola Ltda	07062344/000174	023028 A	Dec.41203/2000.art24,inc.XIX	15.000 UFEMG
Celso José Rodrigues	95435085691	043043 A	Dec.41203/2000.art24,inc.II	7.875 UFEMG
Davenil Araújo Marques	70887683649	472.001.11	Dec.41203/2000.art24,inc.I	11.250 UFEMG
Emerson Vinicius Silva Amaral	72151021653	000604 A	Dec.41203/2000.art24,inc.I	9.000 UFEMG
Safrá Agronegócios Ltda	07462962/000101	009910 A	Dec.41203/2000.art24,inc.II	13.125 UFEMG
Horizonte Insumos Agrícolas	05995197/000240	024995	Dec.41203/2000.art24,inc.I	18.000 UFEMG
Produtos Químicos São Vicente Ltda	49291750/000159	019617 A	Dec.41203/2000.art24,inc.XIX	15.000 UFEMG
Ricardo Aparecido Ferreira	12318651/000103	071133	Dec.41203/2000.art24,inc.I	17.000 UFEMG

NOTIFICAÇÃO 085/2018

O Instituto Mineiro de Agropecuária, por ato do seu Diretor-Geral Marcílio de Sousa Magalhães, na forma do art.40, §2º, II, do DECRETO nº 46.668, de 15 de dezembro de 2014, faz publicar os Autos de Infração, cujos autuados (as) não foram localizados. Ficam os autuados abaixo relacionados notificados das respectivas autuações impostas, bem como do prazo de 30 dias a contar desta data, para apresentar defesa em uma das unidades de fiscalização do IMA. Notificados:

Nome do Autuado(a)	CPF/CNPJ	Auto de Infração nº	Dispositivos infringidos
Magario Frutas do Brasil Com.Export Ltda	07264282/000345	032467 A	Lei 15697.art.12,inciso II,alínea h

NOMEIA, em caráter efetivo, em virtude de aprovação em concurso público de que trata o Edital SES nº 02/2014, os seguintes candidatos para o(s) cargo(s) da SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE abaixo relacionados. O exame admissional dos candidatos abaixo nomeados será realizado pela Superintendência Central de Pericia Médica e Saúde Ocupacional/SEPLAG nas datas e horários informados no endereço eletrônico: http://planejamento.mg.gov.br/concursos-e-estagios/concursos-publicos/ .

Especialista em Políticas e Gestão da Saúde - Nível I - Grau A			
Assistência Farmacêutica - Farmácia			
Unidade Central/SES-MG			
CPF	Nome	Classificação	Vaga
06971054660	Natalia Dantas Barbosa Mascarenhas Vitor	25º	SA 1561
01542259673	Natalia Cristina Cardoso Freitas	26º	SA 1557
01581265646	Fernanda Brandao Machado	27º	SA 1555
08487891640	Iana Leitao Galindo	28º	SA 1551
07803580661	Naiara Marina Moreira Andrade	29º	SA 1547
06573889630	Telma Maria Da Rocha	30º	SA 1545
11076806627	Camila Prado Leite	31º	SA 1544
08922133619	Kathryna Fontana Rodrigues	32º	SA 1543
10334784662	Williane Do Nascimento Mendes	33º	SA 1542
08942940676	Jessica Barreto Dos Santos	34º	SA 1541
11601616740	Edson Junior Garbeloto	35º	SA 1540
09772762609	Kamilla Rocha Alhadass	36º	SA 1539
07952272640	Marina Morgado Garcia	37º	SA 1537

em cumprimento à decisão colegiada transitada em julgado no Mandado de Segurança nº 1.0000.16.091964-3/000, nomeia, em caráter definitivo, em virtude de aprovação em concurso público de que trata o Edital SES nº 02/2014, para o provimento do cargo abaixo relacionado da Secretaria de Estado de Saúde.

TÉCNICO DE GESTÃO DA SAÚDE – NÍVEL I – GRAU A
ADMINISTRATIVO
JUIZ DE FORA

CPF	Nome	Classificação	Vaga
731.049.736-87	Rosângela Maria Santiago	25º	SA 18

em cumprimento Mandado de Segurança nº 1.0000.17.096608-9/000, retifica em caráter precário, o ato de nomeação publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado em 11 de julho de 2015, da servidora Sílvia Marquez Henriques - CPF: 092.237.046-00, no que refere o EDITAL SES Nº 02/2014, da Secretaria de Estado de Saúde, retroagindo seus efeitos legais a 29 de julho de 2015, data de sua posse.

ONDE SE LÊ:
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS E GESTÃO DA SAÚDE - NÍVEL I - GRAU A
Políticas Públicas de Saúde - Enfermagem
LEIA-SE:
ESPECIALISTA EM POLÍTICAS E GESTÃO DA SAÚDE - NÍVEL III - GRAU A
Políticas Públicas de Saúde - Enfermagem

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual: SRE Curvelo SRE Curvelo Curvelo 140716 - EE Bolivar de Freitas - MASP 389648-7.**FERNANDO JOSÉ CALDEIRA**, PEBIIIN-adm. 1, PEBIIIG-adm. 2, DI, a contar de 12/03/2018, para regularizar situação funcional.

ATO ASSINADO PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

usando da competência delegada pelo art. 4º do Decreto nº 45.055, de 10 de março de 2009,**autoriza**, nos termos do art. 76 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, o servidor abaixo relacionado, lotado no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, a afastar-se de suas atribuições, no período de 31/03/2018 a 08/04/2018, para participar do XI Congresso da Associação Mundial de Psicanálise, em Barcelona/ Espanha, sem prejuízo do vencimento e vantagens do cargo, ficando vedado o pagamento de demais despesas vinculadas ao mesmo: SERGIO PASSOS RIBEIRO DE CAMPOS, MASP 1041039-7, MEDSS, NÍVEL V, GRAU B.

26 1077303 - I

NOTIFICAÇÃO 082/2018

O Instituto Mineiro de Agropecuária, por ato do seu Diretor-Geral Marcílio de Sousa Magalhães, na forma do art.12 do DECRETO Nº 45.800, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2011, faz publicar os Autos de Infração, cujos autuados(as) não foram localizados. Ficam os autuados abaixo relacionados notificados das respectivas autuações impostas, bem como do prazo de 30 (trinta) dias a iniciar a partir do 5º (quinto) dia após essa publicação, para apresentar defesa em uma das unidades de fiscalização do IMA. Notificados:

	Nome do Autuado	CPF/CNPJ	Auto de Infração nº	Dispositivos Infringidos
1	ABEL COSTA	215.077.086-53	096293-C	LEI 10.021/1989, art 5º e 7º, parágrafo 1º, inciso I
2	ANELY MARTA DA SILVA OLIVEIRA	358.295.326-20	017455-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
3	ANISIO PEREIRA MAIA	740.108.166-00	3129012018132930	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
4	ANTONIO FERREIRA LEMOS	162.774.656-00	033787-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
5	ANTÔNIO FRANCISCO DE MOURA	256.402.836-53	017448-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
6	ANTÔNIO PEREIRA DO NASCIMENTO	253.344.686-68	033776-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
7	ARGEMIRO MENDES ARRUDA	041.593.786-84	3129012018133910	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
8	ARNALDO FRANCISCO DE MIRANDA	864.567.846-20	017340-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
9	ARNALDO FRANCISCO DE MIRANDA	864.567.846-20	33780-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
10	CINEZIO PEREIRA MAGALHÃES	011.675.206-88	020545-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
11	DANIEL RODRIGUES DA SILVA	547.451.366-68	017461-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
12	DINALDO NASCIMENTO GOMES	632.371.306-20	020520-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
13	DINALDO NASCIMENTO GOMES	632.371.306-20	077903-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
14	DIONISIO FERREIRA PACHECO	025.437.696-76	3129012018143945	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
15	DJALMA VANTUIR LORENÇO	186.347.616-49	026953-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
16	EDIMAR APARECIDO RABELO DE CARVALHO	667.717.816-45	033792-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
17	EDSON FERREIRA SANTOS	575.132.366-15	14260-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
18	ELOI MARCELINO DE FREITAS ESPOLIO	016.618.766-68	77906-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
19	ELPIDIO NUNES DA SILVA JUNIOR	045.657.726-20	025351-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso VIII
20	EMERSON HENRIQUE PEREIRA BRAGA	037.073.486-.60	3125012018163700	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
21	EURIPEDES ALVES DE ARAUJO	390.041.716-49	3117012018095450	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
22	FRANCISCO JOSÉ DE CAMARGO	050.172.466-49	017467-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
23	GERALDA APARECIDA DE REZENDE	567.766.836-20	033777-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
24	GILMAR CARLOS DA SILVA	046.568.536-66	033794-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
25	HENRIQUE TAVARES DE ARAÚJO	082.974.186-00	52828-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
26	ISABEL SARAIVA SALES	719.687.841-87	021525-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
27	ITAMAR JOSÉ NOGUEIRA	558.010.726-91	017425-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
28	JAIR MARTINS DA SILVA	123.239.346-00	063018-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
29	JAIR PINTO DE FARIAS	088.885.666-00	3118012018105220	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
30	JOÃO HILTON BUENO	358.272.976-15	033769-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
31	JOÃO PAULUS DE SOUSA NUNES	079.172.666-56	063065-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
32	JOÃO PAULUS DE SOUSA NUNES	079.172.666-56	3131012018081305	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
33	JOSÉ APARECIDO DA SILVA	460.797.936-87	52829-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
34	JOSÉ CUNHA LEITE	007.188.708-32	025712-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso IV
35	JOSÉ DE ASSIS VIEIRA E MANOEL DONATIL VIEIRA	627.358.296-34	3131012018082720	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
36	JOSÉ DOS SANTOS DA SILVA	665.840.518-20	020537-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
37	JOSÉ JACINTO BARBOSA	043.860.756-23	005139-D	LEI 10.021/1989, art 5º e 7º, parágrafo 1º, inciso I
38	JOSÉ JUSTINO FAGUNDES	198.388.916-49	3129012018083700	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
39	JOSÉ ROBERTO PAIVA	032.049.986-30	034893-D	LEI 10.021/1989, art 5º e 7º, parágrafo 1º, inciso I
40	JOSÉ VIANA DOS SANTOS	083.644.786-72	020546-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
41	JOSÉ VITOR MENDONÇA	093.340.146-95	034895-D	LEI 10.021/1989, art 5º e 7º, parágrafo 1º, inciso I
42	JURANDIR BASTOS CANAZART	319.606.346-15	020514-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
43	JUSSARA SILVEIRA	551.249.506-25	3131012018083823	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
44	KATIA GOMES RODRIGUES	692.869.066-68	020518-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
45	LAZARO BERNARDES MARTINS	152.543.646-53	033775-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
46	LEIR CÂNDIDO SANTOS	868.351.226-68	096237-C	LEI 10.021/1989, art 5º e 7º, parágrafo 2º, inciso IV
47	LUIZ GRACIANO DE OLIVEIRA	100.446.556-49	096288-C	LEI 10.021/1989, art 5º e 7º, parágrafo 1º, inciso I
48	MARCELO ALVES MEROTO	060.422.946-10	057863-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso VIII
49	MÁRCIO COSTA DE OLIVEIRA CARVALHO E OUTRA	005.276.206-88	077901-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
50	MARIA APARECIDA SILVA	050.549.896-09	3117012018080159	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
51	MARIA PEREIRA DA SILVA	269.052.806-15	020532-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
52	MARINA NASCIMENTO DA MATA	118.250.836-73	025715-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso IV
53	MILTON FERREIRA DE MELO	398.193.886-00	017489-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
54	NATAL CALDEIRA BARONE	780.438.166-20	42927-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
55	OSMAR RABELO DE CARVALHO	127.018.406-78	033757-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso II
56	POLYANE VIRGINIA DA SILVA PEREIRA	063.898.336-36	013282-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
57	RAFAEL RESENDE	194.383.546-20	017390-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
58	RAUL FARIA DE OLIVEIRA	551.251.156-49	3131012018092806	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
59	REGINALDO RIBEIRO FREITAS	326.017.436-20	020524-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
60	RODRIGO MOREIRA CAMPOS	908.151.062-20	072287-C	LEI 16.938/2007, art 3º, inciso I
61	RONIR MIGUEL SOARES	170.377.786-72	025355-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso VIII
62	ROSÁ HELENA DOMINGOS CARNEIRO	213.455.748-60	025367-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
63	VICENTE EDUARDO DA SILVA	584.092.386-91	077913-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
64	VICENTE JOSÉ DO AMARAL	326.850.416-72	017398-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I

NOTIFICAÇÃO 083/2018

O Instituto Mineiro de Agropecuária, por ato do seu Diretor-Geral Marcílio de Sousa Magalhães, na forma do art.40, §2º, II, do DECRETO nº 46.668, de 15 de dezembro de 2014, diante da impossibilidade de localização do autuado, faz publicar a notificação do julgamento procedente do auto de infração dos autuados a seguir relacionados, cabendo recurso a ser apresentado em uma das unidades de fiscalização do IMA, no prazo da lei. A não apresentação de recurso à penalidade imposta no prazo de até 20 (vinte) dias a iniciar a partir do 5º (quinto) dia após essa publicação, exaure a instância administrativa. Notificados:

	Nome do Autuado	CPF/CNPJ	Auto de Infração nº	Dispositivos Infringidos
1	Antônio Pinto dos Santos	284.224.226-20	043774-C	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso I
2	Thiago Sebastião de Almeida Freitas	063.151.966-16	06979-D	LEI 10.021/1989, art 5º, inciso IV
3	Carlos André de Castro	054.331.976-89	046437-D	LEI 16.938/2007, art 35º, inciso I
4	Alexandre Lima Borsari	067.256.863-57	046426-D	LEI 16.938/2007, art 35º, inciso IV